
Mídia e mulheres: um percurso compartilhado no território dos Estudos Culturais

Thereza Helena Prates Scofield¹

Resumo: Resgate do esforço pioneiro empreendido por pesquisas, efetuadas pelo Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), que buscaram investigar as mulheres como uma parte importante do público midiático. Relato de alguns trabalhos, principalmente no âmbito da recepção, que ao se voltarem para a compreensão das representações das mulheres produzidas pelos meios, para a subjetividade e as leituras realizadas pela audiência feminina, conduziram os Estudos Culturais a se abrirem para novos referenciais teóricos, fazendo com que a noção de classe deixasse de ser o conceito crítico central.

Palavras-chave: mulheres; mídia; Estudos Culturais

Abstract: Reviving the pioneering efforts of the Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) in their attempt to look into women as an important component of media audiences. Reports, mainly within the scope of reception, on some studies that, in turning their attention to comprehending the representation of women produced by the media and to the subjectivity of the feminine audience and to the responses effected by this audience, led Cultural Studies to incorporate new theoretical references, thus enabling conceptualizations to be diverted away from their original core concept: the notion of class.

Keywords: women; media; Cultural Studies

A busca de um lugar na ciência: a mulher como objeto de estudo

Antes de discutir a questão principal que move este artigo, inscrevendo-o como um breve resgate dos estudos de enfoque culturalista que buscaram compreender o público feminino, é preciso recuperar algumas investigações que tornaram a mulher tema de pesquisa. A condição feminina só recentemente passou a fazer parte das preocupações acadêmicas, e os estudos comunicacionais que abordam essa temática ainda não são volumosos.

Os primeiros trabalhos interessados em aprofundar a dimensão social dos assuntos que envolviam as mulheres surgiram no século XIX. Dentre eles, destaca-se o de Georg Simmel: *Algumas reflexões sobre a prostituição no presente e no futuro*, de 1892. Em seu texto, o pensador alemão afirmou que as prostitutas eram seres sacrificados para possibilitar aos homens solteiros uma vida sexual normal e proteger a castidade das outras mulheres, conservando as

¹ Mestre em Comunicação Social (UFMG) .

bases da sociedade burguesa. Dessa maneira, segundo Simmel (2001), as prostitutas não deveriam ser vistas como sujeitos de um erro individual, mas como objetos de um equívoco social, merecendo, portanto, um tratamento mais digno.

No Brasil, uma importante contribuição para os estudos de temas considerados femininos deve-se a Gilda de Mello e Souza que, em sua tese de doutoramento em Ciências Sociais, escrita em 1950, abordou a moda como um elemento usado para seduzir o sexo masculino, mas também como o único meio lícito de expressão da individualidade da mulher no século XIX. Segundo a autora, tendo o vestuário como uma alternativa de expressão permitida socialmente, a mulher

procurou em si – já que não lhe sobrava outro recurso – a busca de seu ser, a pesquisa atenta de sua alma. E aos poucos, como artista que não se submete à natureza, impôs à figura real uma forma fictícia, reunindo os traços esparsos numa concordância necessária. (...) Criava assim uma obra de arte com o próprio corpo, substituindo o belo natural pelo belo artístico, produto de uma disciplina do espírito (Mello e Souza, 2001, p. 100).

Assim, conforme a pesquisadora, as mulheres desenvolveram uma linguagem artística inscrita no seu cotidiano, um estilo de existência que acabou por se tornar uma singularidade que, no entanto, foi desprezada quando elas passaram a competir com os homens no mercado de trabalho. A moda, como algo característico do sexo feminino, passou a ser considerada por muitas mulheres como um símbolo de inferioridade, levando-as a renegar um elemento de afirmação de seu grupo, uma atividade com valor criativo e expressivo.

Na Europa, um grande marco para a discussão da situação social da mulher foi o aparecimento, em 1949, da obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir. Os dois volumes, com cerca de 1000 páginas, foram alvo de críticas ferozes que consideravam o conteúdo escandaloso e até pornográfico. Beauvoir, no entanto, só procurava mostrar que o sexo feminino, no decorrer da história, sempre ocupou uma posição de subordinação e inferioridade com relação aos homens. Algo que, na época, poucas pessoas tinham coragem de denunciar, discutir e refutar. “O certo é que até aqui as possibilidades da mulher foram sufocadas e perdidas para a humanidade e que já é tempo, em seu interesse e no de todos, de deixá-la enfim correr todos os riscos, tentar a sorte” (Beauvoir, 1980, p. 483).

Mas, as construções teóricas propriamente ditas em torno da feminilidade só começaram a ser produzidas em maior escala no final da década de 60, quando militantes feministas envolvidas com o mundo acadêmico levaram para o interior das universidades questões que as mobilizavam, criando os estudos da mulher.

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (Louro, 2001, p. 17).

As primeiras pesquisas feministas levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais e, sobretudo, focalizaram temas que não habitavam o espaço acadêmico: falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico e dos sentimentos.

Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances (Louro, 2001, p. 17).

Aos poucos, entretanto, os estudos sobre a vida feminina exigiram mais que descrições minuciosas e passaram a buscar explicações para as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Várias pesquisadoras procuraram referências nas teorizações marxistas, outras na psicanálise e no pós-estruturalismo francês, e algumas elaboraram teorias propriamente feministas, originando o feminismo radical.

No entanto, essas perspectivas analíticas distintas tiveram – e ainda têm – o objetivo comum de contrapor-se ao essencialismo, isto é, ao argumento de que a existência de diferenças sociais pode ser compreendida e justificada pela distinção biológica entre homens e mulheres. “As teorias essencialistas são aquelas que acreditam em algum aspecto essencial da ‘natureza humana’; em alguma coisa preestabelecida, inata, natural, biológica” (Brennan, 1997, p. 17).

Num breve resumo, pode-se dizer que o debate feminista hoje gira em torno de duas abordagens básicas: a perspectiva anglo-americana e a francesa. A primeira, mais de linha sociológica, afirma que as mulheres são iguais aos homens, negando, portanto, a existência de uma natureza dita feminina. Para essa concepção, a feminilidade foi algo construído historicamente, sobretudo a partir de discursos médicos e filosóficos masculinos, para justificar as diferenças sociais entre os sexos.

Por outro caminho, a perspectiva francesa defende a existência de diferenças subjetivas entre homens e mulheres, acreditando, assim, em uma forma feminina – ou masculina – de lidar com o mundo. Isto é, defende a existência “de uma sexualidade não anatômica, mas construída, a partir da história pessoal do sujeito, de sua inserção no mundo da simbolização, através do Édipo” (Castello Branco, 1990, p. 13). Essa noção se apóia na semiótica e nos estudos de Jacques Lacan, segundo os quais a organização psíquica, a sanidade mental, só é possível a partir da diferenciação sexual, pois é ela que permite ao ser humano ter acesso ao simbólico. “Quer dizer, o pensamento, como tal, exige

a diferença. Isso nos leva à asserção crítica lacaniana de que a diferença sexual é a diferença crucial para que se possa falar e, portanto, pensar” (Brennan, 1997, p. 13).

Os estudos franceses não negam o papel da cultura na construção da noção tradicional de feminilidade. Eles reconhecem, concordando com o pensamento anglo-americano, que à medida que a mulher foi forçada a tornar-se responsável pela ordem e harmonia do lar, ela perdeu espaço na vida social em termos políticos. No entanto, frisam que o sexo feminino também foi colocado à margem da sociedade no sentido subjetivo. Quanto ao primeiro aspecto, não se pode negar as aquisições femininas do século XIX até hoje. É possível dizer também que as mulheres não aceitam mais a posição de objeto do discurso masculino. Entretanto, se a fala do homem ainda define o sexo feminino, “é porque a mulher pouco fala” de si para o mundo (Kehl, 1996, p. 58).

Portanto, a perspectiva francesa preocupa-se menos com as reivindicações políticas propriamente ditas, fundamentadas no exercício de direitos, através das eleições, filiações ou partidarismos, abordando mais o fracasso de uma postura subjetiva que não produz um discurso singular, enfatizando a necessidade de uma fala própria que inscreva as mulheres no campo social.

O encontro do feminismo com os Estudos Culturais Ingleses

Principalmente a partir dos anos 70, as preocupações do movimento feminista atingiram as investigações voltadas para os meios de comunicação. A disseminação de pesquisas pioneiras se deve principalmente aos Estudos Culturais Britânicos instituídos pelo Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), localizado em Birmingham, na Inglaterra. Foi graças ao chamado Grupo de Estudos da Mulher, formado em 1974, que o trabalho intelectual focado nas questões do sexo feminino teve sua afirmação no seio do CCCS.

Até aquele momento, somente duas ou três mulheres pesquisavam entre aproximadamente 20 homens. Apesar de isoladas, elas se interrogavam, a cada texto publicado, sobre a ausência do sexo feminino entre os objetos de estudo da instituição. Diante da dominação masculina no ambiente e no enfoque intelectual, as mulheres tinham dificuldade em desenvolver investigações de cunho feminista. Empenharam-se, então, na tarefa de reunir algumas pessoas em torno da discussão do tema. Mas foi a vinda, em 1974, de diversas pesquisadoras com a intenção de se dedicarem às temáticas femininas que finalmente tornou possível a formação do Grupo de Estudos da Mulher.

De acordo com a University of Birmingham (2007), ambos os sexos podiam participar dos encontros. No entanto, as mulheres sentiam que eram sujeito e objeto de seus estudos. Elas tinham um modo particular de trabalhar,

compartilhando e tentando compreender suas incertezas no reconhecimento de suas experiências comuns de feminilidade. Essas considerações e suas implicações resultaram na necessidade de o grupo ser fechado aos homens. Assim, em 1976, foi montado o Fórum Estudos da Mulher composto somente por pesquisadoras. O conjunto maior de investigadores, reunido no Grupo de Estudos da Mulher, continuou seu projeto intelectual, discutindo as questões feministas gerais em Birmingham. O fato, no entanto, provocou discussões longas que deixavam claro o mal-estar que o feminismo estava causando nos Estudos Culturais Ingleses.

O primeiro conjunto de textos feministas foi o *Images of women* (1974), que trazia pesquisas de Helen Butcher, Rosalind Coward, Marcella Evarist, Jenny Garber, Rachel Harrison e Janice Winship. Foram essas autoras que deram o primeiro impulso para as investigações que, até hoje, trazem questionamentos em torno de temas referentes à identidade feminina, apontando para o problema de que as definições dominantes do que é considerado importante socialmente tendem a corresponder às estruturas masculinas – e de classe média – de interesse. Conforme a University of Birmingham (2007), foi exatamente na tarefa de organizar o *Images* que as pessoas envolvidas começaram a lidar com as dificuldades de se abordar a feminilidade: que tipo de mulher focar? Mãe, dona de casa ou operária? Os textos seriam dirigidos aos pesquisadores ou ao público leigo? Mas sobretudo uma dúvida era constante: as feministas poderiam ser intelectuais?

De fato, foi como mulheres, não como feministas, que as primeiras mobilizações foram conduzidas na busca por liberdade e igualdade para o sexo feminino. Assim, se existia uma responsabilidade acadêmica para muitos membros no Departamento, para as pesquisadoras havia o fardo do antiintelectualismo propagado com agressividade por integrantes do Movimento. É preciso lembrar também que como o CCCS ainda estava se construindo teoricamente, voltar-se para a constituição de uma bibliografia específica para os Estudos Culturais Feministas era tarefa quase impossível. Nesse âmbito, as pesquisadoras tinham muitas perguntas. Segundo a University of Birmingham (2007), elas ignoravam se teriam que incluir apenas os livros feministas do período ou se suas leituras deveriam ser interdisciplinares. Não estavam certas sobre a necessidade de se engajarem nas interpretações marxistas dominantes nos Estudos Culturais naquela época. Também não sabiam se seriam apenas as mulheres que se empenhariam em conceituar a opressão feminina, enquanto os homens continuariam pesquisando o estado, a consciência e o público. Assim, a elaboração do *Images* foi permeada de poucas certezas, pois as estudiosas tinham compreensões diferenciadas e muitas dúvidas sobre o objeto que estavam investigando.

A carência de um encaminhamento teórico claro levou os pesquisadores do Grupo de Estudos da Mulher a se deslocarem para uma tentativa de considerar a subordinação feminina dentro das relações de poder, voltando-se

principalmente para o trabalho doméstico das mulheres. Mas articular classe e sexo não era simples, e todos os homens e algumas mulheres desistiram do empreendimento. Foi o resíduo do grupo que retomou os estudos, buscando definir algum campo comum a partir do qual trabalhar. Passaram então a pensar a opressão da mulher no nível financeiro, observando a posição feminina em relação aos processos da acumulação capitalista. Ao utilizar conceitos econômicos marxistas, os pesquisadores sintonizaram mais com outros trabalhos de Birmingham. Foi então que a discussão do *Women take issue*, primeiro livro feminista no âmbito dos Estudos Culturais Ingleses, começou. O Grupo de Estudos da Mulher e algumas pesquisadoras do Fórum Estudos da Mulher se reuniram para formar a base editorial. Mas a permissão para publicar a obra parece ter ocorrido não apenas porque os estudos tinham provado sua validade teórica. Os membros do CCCS ficaram verdadeiramente convencidos depois que ouviram as demonstrações da submissão feminina nas falas das mulheres entrevistadas que relatavam suas vidas como donas de casa nas fitas gravadas.

Em resumo, o *Women take issue*, escrito por nove mulheres e dois homens, pode ser definido como o resultado do incômodo crescente que os autores sentiam diante da pouca importância dada às mulheres na maior parte do trabalho intelectual realizado pelos Estudos Culturais Ingleses. A edição do livro nasceu de muitos desencontros, discórdias e dúvidas não apenas no Grupo de Estudos da Mulher, mas no CCCS como um todo. Para os pesquisadores feministas foi uma tarefa muito árdua vencer o preconceito e obter reconhecimento acadêmico, fundamentando-se num saber que ainda estava sendo alavancado.

Segundo Charlotte Brunsdon (1996), a chegada de novas temáticas em Birmingham foi muito traumática. As noções de subjetividade colocadas contra as teorizações universalistas deixaram muitos pesquisadores machucados e enraivecidos naquele período. Conforme a autora, talvez por isso um dos grandes nomes dos Estudos Culturais Britânicos, Stuart Hall, tenha descrito na Conferência de Illinois, em 1990, a chegada do feminismo no CCCS com as seguintes metáforas: “Como um ladrão na noite, ele quebrou a porta e invadiu, interrompeu, fez um barulho inesperado, roubou a hora.” Na prática, houve um grande abismo entre as intenções dos dirigentes da instituição em encorajar o trabalho feminista e as conseqüências inesperadas que as investigações trouxeram para o *status quo* dos Estudos Culturais. Essas relações de tensão ficam claras nas palavras de Hall (2003) ao abordar sua saída de Birmingham no final dos anos 70.

A questão do feminismo foi muito difícil de levar por duas razões. Uma é que se eu tivesse me oposto ao feminismo, teria sido uma coisa diferente, mas eu estava a favor. Ser alvejado como “inimigo”, como a figura patriarcal principal, me colocava numa posição contraditória insuportável. É claro que as mulheres tiveram que fazer isso. Tinham

que me calar, essa era a agenda política do feminismo. Se eu tivesse sido calado pela direita, tudo bem, nós todos teríamos lutado até a morte contra isso. Mas eu não podia lutar contra minhas alunas feministas. (...) Era hora de partir (Hall, 2003, p. 429-430).

A mídia e os Estudos Culturais Feministas

Através do *Women take issue*, é possível perceber que as primeiras pesquisas culturais feministas ficam muito presas no diálogo com as noções marxistas dominantes nos anos 70, preocupando-se principalmente em teorizar a subordinação das mulheres ao sistema capitalista. Entretanto, mesmo que tratem de forma ainda incipiente as relações existentes entre a mídia e o sexo feminino, foram esses artigos que abriram caminho para as inúmeras investigações que vieram depois.

Assim, torna-se necessário discorrer, por exemplo, sobre o texto de Dorothy Robson, *Housewives: isolation as oppression*, que se baseou numa pesquisa feita com mulheres da classe trabalhadora. Na investigação, Hobson procurou abordar as experiências das entrevistadas como donas de casa e como operárias nos empregos que tiveram antes de se casarem. Num breve resumo, pode-se dizer que o estudo tentou relacionar os dois momentos de vida das participantes.

As mulheres contaram que trabalhavam anteriormente, ocupando posições subalternas em oficinas, escritórios, lojas ou fábricas. Elas disseram que suas atividades eram monótonas e o que fazia o emprego tolerável era a companhia dos colegas com quem conversavam. Mas apesar de as entrevistadas se referirem ao trabalho como uma oportunidade que tinham para se relacionarem com outras pessoas, Hobson (2007) acredita que elas se fundamentavam na solidão que sentiam desde que saíram do emprego. As mulheres revelaram que seu círculo de amizades diminuiu depois do casamento, e que a televisão e o rádio eram o único relacionamento que tinham com o mundo exterior. Para fugir da solidão, uma das entrevistadas disse que, antes de ter o bebê, conversava com seu gato. Outra relatou que, através da janela do apartamento, costumava contar os carros que passam na rua.

Segundo Hobson (2007), o próprio Karl Marx reconheceu que a reprodução da classe operária é indispensável ao capital, mesmo que isso tenha lugar fora do processo de trabalho. Nesse sentido, a maternidade e as atividades domésticas, geralmente realizadas pelo sexo feminino, foram interpretadas pela pesquisadora como uma maneira de manter, geração após geração, inúmeros trabalhadores vivos. Conforme a investigação, o isolamento privado das entrevistadas seria, então, uma opressão psicológica capaz de fazer com que as mulheres se mantivessem conformadas em sua subordinação ao sistema capitalista.

Com o lançamento do artigo “A woman’s world: woman – an ideology of femininity”, também publicado em *Women take issue*, Janice Winship se tornou uma das pesquisadoras precursoras no empenho de verificar e entender as representações da mulher produzidas, sobretudo, pelas revistas femininas. A autora afirmou, por exemplo, que as mulheres magras, estampadas nas capas, trazem um ideal de beleza proposto pelos homens, indicando que a dominação sexista se impõe à medida que as leitoras vêem a si mesmas através de uma imagem construída pela cultura masculina.

Ao mesmo tempo, ao estudar a revista americana *Cosmopolitan* e as inglesas *Woman* e *Woman’s*, a autora apontou para o fato de que as publicações também afirmam a importância do território feminino, mostrando as modelos como mulheres poderosas que estão no centro das atenções. Assim, segundo Winship (2000), as revistas especializadas podem oferecer pequenas habilidades de sobrevivência, ajudando as leitoras a conseguirem lidar com os dilemas reais da feminilidade.

No âmbito dos Estudos Culturais Feministas, outra pesquisadora de extrema importância é a americana Janice Radway, que em 1984 publicou *Reading the romance: women, patriarchy, and popular literature*. A investigação focou a ficção romântica, combinando o estudo das condições de produção dos livros, a análise dos textos e o estudo de recepção com um grupo de 42 mulheres, leitoras típicas e regulares desse formato impresso.

De acordo com Radway (1999), em sua tentativa de apreender a razão pela qual o sexo feminino representava a maioria dos consumidores dos romances, era necessário estudar o contexto institucional e tecnológico no qual as publicações eram produzidas, principalmente na forma de brochuras baratas, indicando o grande esforço feito pelo mercado editorial para atingir um consumo massivo desses produtos.

Janice Radway também analisou a construção discursiva dos romances, apontando que os livros bem-sucedidos tinham uma narrativa comum. Eles sempre contam uma história de tensão, baseada num mal-entendido, e de reconciliação, fundada na confiança entre um homem e uma mulher. Em resumo, tudo começa quando a heroína sai do campo familiar e encontra um herói que tem atitudes interpretadas como sendo de puro interesse sexual para com ela. A personagem principal reage e ocorre uma ruptura no relacionamento entre os dois. No final, o herói demonstra seu amor e ternura, sendo correspondido pela heroína.

Apesar de o romance de ficção sustentar e reproduzir relações socialmente construídas, presentes no cotidiano das leitoras, a pesquisadora argumentou que foi possível observar na leitura das mulheres uma atitude de resistência e de protesto contra a situação real de suas vidas. Essa afirmação de Radway, conforme Thompson (1995), baseou-se na análise de recepção empreendida pela pesquisa, na qual as leitoras mostraram conseguir, através

dos livros, um espaço privado recortado na sua rotina doméstica, um tempo de compensação ou descanso voltado para si mesmas.

Conclusões muito semelhantes às de Janice Radway foram apontadas por Ann Gray (1992), em seu trabalho intitulado *Video playtime: the gendering of a leisure technology*. A autora estudou o uso do videocassete como uma ferramenta tecnológica de entretenimento para mulheres operárias no âmbito privado. Segundo Messa (2006), a pesquisa concluiu que o ato de ver um produto cultural conferia mais poder às mulheres dentro de suas casas. No momento em que estavam entregues ao vídeo, elas se libertavam de suas responsabilidades domésticas.

Outro meio de comunicação que recebeu atenção dos estudos feministas foi a televisão. Numa das investigações pioneiras sobre a telenovela, *The search of tomorrow in today's soap opera*, Tânia Modleski (1979) escreveu um texto inovador, falando do potencial subversivo da fantasia trazida por esse formato televisivo. A pesquisadora também apontou em outros trabalhos, segundo Messa (2006), que o prazer que as mulheres sentem ao assistir este tipo de programa não deve ser rejeitado, mas compreendido a partir de sua audiência. A novela, em sua narrativa múltipla, é capaz de aliviar ansiedades reais e indicar saídas para as inconformidades femininas, mesmo não questionando a hegemonia masculina.

O seriado americano *Cagney & Lacey*, cujo nome faz referência às duas personagens principais que ocupam o papel de detetives, trabalho tradicionalmente masculino, foi outro objeto de pesquisa dentro do recorte televisivo. O programa mistura dramas policiais com a vida das duas mulheres e coloca a instituição familiar como lugar de investigação constante de Cagney e Lacey. Assim, segundo Clark (2000), a série faz com que o pessoal se torne político, tomando a forma de uma questão social. Ao mesclar o público e o privado, a narrativa desafia o discurso patriarcal. Além disso, como as duas detetives são sempre representadas tomando decisões, unidas, diante de situações difíceis ou perigosas, elas reforçam não apenas o papel ativo das mulheres, como também a possibilidade de uma ligação de solidariedade entre elas.

Apresentado no Brasil através do canal fechado GNT (Net 41), o *Oprah Winfrey Show* é outro exemplo da análise televisiva centrada na lógica feminista dos Estudos Culturais. Corinne Squire (2000) investigou o programa, caracterizando-o como uma narrativa super-realista, que mistura questões de raça, sexo e classe social, compondo-se de muitos cortes, movimentos de câmera, perguntas bem formuladas, risos e lágrimas. A pesquisadora percebeu também que o *talk show* traz múltiplas representações de mulheres, ao mesmo tempo em que assume a existência de um senso comum entre elas, construindo as bases necessárias para que qualquer projeto feminista possa se realizar.

O *Oprah Winfrey Show* e outros programas americanos de auditório como *The place*, *The time* e *Kilroy* também foram objeto de estudo de Livingstone e Lunt (1994). Os *talk shows*, principalmente veiculados na parte da tarde, destinam-se principalmente às donas de casa, abordando assuntos e problemas do universo feminino. Mas além das mulheres, recebem também homossexuais, portadores de necessidades especiais, jovens e pessoas de baixo poder aquisitivo de um modo geral. O público é incentivado pelos apresentadores a contar seus segredos e suas emoções.

Ambos os sexos vêm os programas de auditório, mas são as espectadoras que não trabalham fora de casa que normalmente ligam a televisão durante o dia. Confirmando essa afirmação, os autores dizem que uma pesquisa de opinião americana indicou que a quantidade de pessoas do sexo feminino que assistem aos *talk shows* é duas vezes maior que o número de homens. A grande presença de mulheres na platéia também é um dado visível. Nas conversas que tiveram com Livingstone e Lunt, muitas delas relataram que a experiência de participar dos debates televisivos tinha sido benéfica. Uma entrevistada, por exemplo, confidenciou que já havia contado seu problema para pessoas do seu círculo de amizade. Mas como elas não tinham passado pela mesma situação, não conseguiram realmente entendê-la. A moça afirmou que quando esteve no programa se sentiu mais em sintonia com o público que com seus próprios amigos. Relatou que teve uma sensação muito agradável ao perceber que estava sendo compreendida e apoiada pela platéia.

Num breve resumo, Livingstone e Lunt (1994) defendem a idéia que os *talk shows* compõem um formato televisivo que transforma as fronteiras tradicionais entre o espaço público e o privado porque dão voz aos indivíduos comuns. A audiência presente no estúdio ou em casa é encorajada a contar sua própria história, a se manifestar, confirmando ou contradizendo, sustentando ou insurgindo contra o orador. Portanto, os programas engendram uma polifonia de narrativas no interior e para além da tela da TV. De acordo com os pesquisadores, nos relatos, às vezes chocantes, pode-se reconhecer um valor subversivo, pois as concepções patriarcais de uma racionalidade abstrata, científica, lógica e generalista costumam cair por terra. Os *talk shows* se fundam no saber de gente comum, apoiando-se na experiência pessoal, na emoção, no particular e no subjetivo.

Livingstone e Lunt (1994) afirmam que os programas podem ser considerados compatíveis com o feminismo que sempre procurou mostrar que o político é algo que se relaciona também com a circulação de enunciados discursivos. Como são as mulheres que na maioria das vezes relatam suas experiências de acordo com sua própria hierarquia de interesses, esse formato televisivo deve ser pensado como uma espécie de fórum, onde vozes e opiniões femininas se fazem escutar, instituindo uma espécie de confronto entre o poder estabelecido e suas experiências cotidianas. Segundo os autores, através dos

talk shows, o sexo feminino legitima concepções alternativas ao saber masculino e valoriza seus problemas e suas experiências.

Considerações finais

Antes de terminar, é preciso dizer que, aos poucos, a crítica feminista conseguiu mudar a agenda original das investigações do CCCS. A noção de classe deixou de ser o conceito crítico central e as atenções se voltaram para questões relacionadas à identidade, aos textos midiáticos que ocupam os domínios do doméstico e às pessoas para as quais eles se dirigem. Em outras palavras, o feminismo acabou redirecionando o campo dos Estudos Culturais, influenciando as pesquisas em muitos aspectos:

...a abertura para o entendimento do âmbito pessoal como político e suas conseqüências na construção do objeto de estudo dos Estudos Culturais; a expansão da noção de poder que, embora bastante desenvolvida, tinha sido apenas trabalhada no espaço da esfera pública; a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da própria categoria 'poder'; a inclusão de questões em torno do subjetivo e do sujeito; e, por último, a reabertura da fronteira entre teoria social e teoria do inconsciente – psicanálise (Escosteguy, 1998, p. 1).

O próprio Stuart Hall, grande expoente dos Estudos Culturais Ingleses, afirma que as novas temáticas colaboraram para o estabelecimento de vários referenciais teóricos não apenas para os estudos de mídia, mas para as ciências sociais e humanas como um todo. O movimento levou para a arena pública questões relativas à família, à sexualidade, à divisão doméstica do trabalho e ao cuidado com as crianças. Segundo o autor, o feminismo tornou política a reflexão sobre “a subjetividade, a identidade e o processo de identificação” e questionou a noção de que homens e mulheres eram parte da mesma identidade, “a humanidade”, trazendo à cena a diferença sexual (Hall, 2000, p. 45-46).

Demonstrando os novos rumos que foram sendo tomados pelos Estudos Culturais, os trabalhos citados neste artigo são alguns exemplos de investigações que contribuíram para desenvolver a percepção de que os receptores apreendem os discursos da mídia a partir de suas experiências, seu cotidiano, sua inserção social, cultural e sexual, e que essa compreensão ajuda a construir e atualizar o universo simbólico da sociedade na qual estão inseridos. Nesse sentido, o resgate dessas pesquisas tem a intenção de apontar não apenas para o papel ativo da audiência feminina, como também para sua participação na constituição da vida social. Sob a lupa dos estudos culturalistas, ao contrário de passivas ou alienadas, as mulheres são percebidas como pessoas que ocupam um espaço de negociação entre as representações constituídas pela mídia e aquelas produzidas por elas.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo – a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRENNAN, Teresa (Org.). *Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- BRUNSDON, Charlotte. A thief in the night: stories of feminism in the 1970s at CCCS. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan Hsing. *Stuart Hall – Critical dialogues in cultural studies*. London/New York: Routledge, 1996. p. 276-286.
- CASTELLO BRANCO, Lúcia. *A Traição de Penélope*. 1990. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.
- CLARK, Danae. Cagney & Lacey: feminist strategies of detection. In: MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue. *Media Studies – a reader*. New York: New York University Press, 2000. p. 341-353.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. A contribuição do olhar feminista. *Revista InTexto*, Porto Alegre, n. 3, 1998/1.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós- modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HOBSON, Dorothy. Housewives: isolation as oppression. In: UNIVERSITY OF BIRMINGHAM. Centre for Contemporary Cultural Studies. Women's Studies Group. *Women take issue: aspects of women's subordination*. London: Routledge, 2007.
- KEHL, Maria Rita. *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LIVINGSTONE, Sonia; LUNT, Peter. Se faire entendre dans l'espace public – Les femmes, la télévision et le citoyen-téléspectateur. *Réseaux*, Paris, CNET, n. 63, 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: _____. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MELLO E SOUZA, Gilda de. *O espírito das roupas – a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MESSA, Márcia Rejane. Os estudos feministas de mídia: uma trajetória anglo-americana. Cartografias, 2006. Disponível em: < <http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias> > . Acesso em: 02 out.2006

-
- RADWAY, Janice A. The institutional Matrix of Romance. In: DURING, Simon. *The cultural studies reader*. London: Routledge, 1999. p. 564-599.
- SIMMEL, Georg. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SQUIRE, Corinne. Empowering Women? The Oprah Winfrey Show. In: MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue. *Media Studies – a reader*. New York: New York University Press, 2000. p. 354-367.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- UNIVERSITY of Birmingham. Centre for Contemporary Cultural Studies. Women's Studies Group. Trying to do feminist intellectual work. In: WOMEN take issue: aspects of women's subordination. London : Routledge, 2007.
- WINSHIP, Janice. Survival skills and daydreans. In: MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue. *Media Studies – a reader*. New York: New York University Press, 2000. p. 334-340